

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, EM ATÉ QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA AMIL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **AMIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta com sede na Av. das Américas nº 4.200, Bloco 3, Sala 601, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.461.242/0001-20, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 3ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade limitada com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 717, 6º e 10º andares, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001.86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de interveniente garantidor,

(c) **AMIL - ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Colômbia, nº 332, Jardim América, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.309.127/0001-79, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Garantidora");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em até Quatro Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Amil Participações S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A Emissão das Debêntures, a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) e a outorga da Garantia serão realizadas com base na autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 24 de setembro de 2010 ("RCA"), cuja ata será arquivada Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e (ii) no Jornal do Commercio em 28 de setembro de 2010, nos termos da Cláusula 2.2. abaixo, conforme

disposto no artigo 62, inciso I, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A prestação da Fiança (conforme definida no item 4.18., abaixo) pela Garantidora foi devidamente autorizada por meio de Termo de Anuência firmado pela Emissora, nos termos dos artigos 13 e 15 do estatuto social da Garantidora, no qual ratifica a ciência dos termos e condições da presente Escritura de Emissão e expressamente, declara a sua concordância com a outorga, pela Garantidora, da Fiança prevista no item 4.18., abaixo ("Termo de Anuência").

## **Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS**

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA**

2.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2 A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita").

### **2.2. Arquivamento na JUCERJA e Publicação da Ata da RCA**

2.2.1. A ata da RCA que deliberou a Emissão será arquivada na JUCERJA e foi publicada no (i) DOERJ e (ii) Jornal do Commercio, em 28 de setembro de 2010, de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA de que trata o item 2.2.1. acima aprovou, dentre outras características da Oferta e das Debêntures, a Remuneração máxima das Debêntures e autorizou, nos termos do Estatuto Social da Emissora, à Diretoria da Companhia, celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão e da Oferta Restrita, especialmente, mas não se limitando, ao que se refere à contratação dos Coordenadores da Oferta Restrita (conforme abaixo definido), do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário, bem como de quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e à Oferta Restrita.

### **2.3. Registro da Escritura de Emissão**

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Uma via original da presente Escritura de Emissão, devidamente registrada na JUCERJA, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias do referido registro.

### **2.4. Registro da Fiança**

2.4.1. O Termo de Anuência, conforme definido no item 1.2., acima, será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades e Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, até a Data da Liquidação das Debêntures, conforme abaixo definida, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

### **2.5. Registro para Colocação**

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND - Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.1.1. Não obstante o descrito no item 2.5.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos no item 4.1.3. abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

## **Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto social da Emissora**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (i) a prestação de serviços médicos, hospitalares e/ou odontológicos profissionais; (ii) a comercialização, em todo o território nacional, de Planos de Saúde, médicos e odontológicos, em todas as modalidades previstas pela legislação brasileira pertinente, incluindo a prestação de serviços de gerenciamento, planejamento, organização e operação de planos privados de saúde; e (iii) a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades simples ou empresárias que desempenhem funções relacionadas ao seu objeto social, no Brasil e/ou no exterior.

### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. Esta Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.

### **3.3. Número de Séries**

3.3.1. A Emissão será realizada em até 4 (quatro) Séries (cada uma, uma “Série” e, em conjunto, “Séries” e, as Debêntures de cada Série, as “Debêntures da 1ª Série”, “Debêntures da 2ª Série”, “Debêntures da 3ª Série” e “Debêntures da 4ª Série”), observando o disposto no §3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, que veda a negociação de nova série de uma mesma emissão antes de colocadas todas as debêntures da série anterior ou cancelado o saldo não colocado.

3.3.2. A quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série será definida de acordo com o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures e com a demanda das Debêntures pelos Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), a ser realizado, pelos Coordenadores da Oferta Restrita (conforme abaixo definido), no âmbito da Oferta Restrita, nos termos do parágrafo primeiro e segundo do artigo 23, e nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Procedimento de Bookbuilding” e “Instrução CVM 400”, respectivamente), observado que a alocação das Debêntures entre as Séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes (o “Sistema de Vasos Comunicantes”).

### **3.4. Valor Total da Emissão**

3.4.1. O valor total da Emissão será de até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“Valor Total da Emissão”), observado que o limite máximo de emissão para cada uma das Debêntures da 1ª e da 2ª Séries é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões reais).

### **3.5. Quantidade de Debêntures**

3.5.1. Serão emitidas até 900.000 (novecentas mil) Debêntures, em até quatro séries, sendo que a quantidade de Debêntures a serem emitidas em cada uma das Séries será definida no Procedimento de *Bookbuilding*, no âmbito da Oferta Restrita, observado o Sistema de Vasos Comunicantes.

### **3.6. Destinação de Recursos**

3.6.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à recomposição do caixa líquido da Emissora.

### **3.7. Limite da Emissão**

3.7.1. Observado o disposto no item 4.5 abaixo, as Debêntures são da espécie com garantia flutuante, atendendo, a Emissão, portanto, aos limites estabelecidos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

3.7.2. O Agente Fiduciário confirma ter verificado o atendimento dos limites previstos no artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações.

3.7.3. O Agente Fiduciário deverá, anualmente, em até 15 (quinze) dias contados da data de publicação das demonstrações financeiras da Emissora, referentes ao exercício social imediatamente anterior, verificar se os limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, foram atendidos, inclusive após a constituição da garantia, conforme previsto no item 4.18. abaixo.

### **3.8. Banco Mandatário e Agente Escriturador**

3.8.1. O Banco Bradesco S.A. prestará os serviços de agente escriturador e de banco mandatário das Debêntures (“Agente Escriturador” e “Banco Mandatário”, respectivamente).

### **3.9. Imunidade de Debenturistas**

3.9.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## **Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Colocação e Procedimento de Distribuição**

4.1.1. Nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em até Quatro Séries, da Amil Participações S.A.” (“Contrato de Distribuição”),

celebrado entre o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Bradesco BBI, "Coordenadores da Oferta Restrita") e a Emissora, a Oferta Restrita será realizada por meio dos Coordenadores da Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação para as Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries, e sob regime de melhores esforços de colocação para as Debêntures da 4ª Série.

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores da Oferta Restrita poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores, sendo exclusivamente Investidores Qualificados (conforme definidos no item 4.1.3., abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, observado, ainda, o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.4. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item 4.1.3, (iv) acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures.

4.1.6. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados dos Coordenadores da Oferta Restrita que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores da Oferta Restrita com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes dos

Coordenadores da Oferta Restrita, desde que tais investidores sejam Investidores Qualificados, e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures, conforme o item 4.1.7., abaixo.

4.1.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados deverão assinar “Declaração de Investidor Qualificado” atestando estarem cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada na CVM, e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável.

4.1.8. Os Coordenadores da Oferta Restrita e a Emissora comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores da Oferta Restrita aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita.

4.1.10. A colocação das Debêntures de cada Série deverá ser efetuada conforme regulado no Contrato de Distribuição e de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

## **4.2. Data de Emissão das Debêntures e Atualização**

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será em 15 de outubro de 2010 (“Data de Emissão”).

## **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (mil reais) (“Valor Nominal Unitário”), observado o limite mínimo de subscrição previsto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries. As Debêntures da 4ª Série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“Atualização das Debêntures da 4ª Série”), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das Séries IPCA, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

- n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Séries IPCA, sendo n um número inteiro;
- $NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures das Séries IPCA. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;
- $NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;
- dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário das Debêntures das Séries IPCA e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro;
- dut = número de dias úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures das Séries IPCA, sendo “dut” um número inteiro.

Os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.



A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.

Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos.

Caso, se até a data de aniversário,  $NI_k$  não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a  $NI_k$  na apuração do Fator “C” um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA (“Número-Índice Projetado” e “Projeção”) da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \textit{projeção})$$

onde:

$NI_{kp}$ : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas das Séries IPCA quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.3.1.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da 4ª Série, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá

refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). A referida Assembleia Geral de Debenturistas da 4ª Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, nos termos da Cláusula Sétima abaixo. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

4.3.1.2 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima, referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização das Debêntures da 4ª Série.

4.3.1.3. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização das Debêntures da 4ª Série entre a Emissora e os titulares das Debêntures da 4ª Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 4ª Série em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 4ª Série em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série, acrescido da Atualização das Debêntures da 4ª Série e Remuneração das Debêntures da 4ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 4ª Série, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para o cálculo da Atualização das Debêntures da 4ª Série, será utilizada para o cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA.

#### **4.4. Conversibilidade, Tipo e Forma**

4.4.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, o extrato em nome do titular das Debêntures emitido pela CETIP.

#### **4.5. Espécie**

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, nos termos do artigo 58, parágrafo primeiro da Lei das Sociedades por Ações e contarão, ainda, até o cumprimento integral de todas as obrigações oriundas da Emissão, com Garantia Fidejussória, conforme previsto no item 4.18. abaixo.

#### **4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

4.6.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na data de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.6.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido, para as Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries, da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries, e para as Debêntures da 4ª Série, da Remuneração das Debêntures da 4ª Série e da Atualização das Debêntures da 4ª Série, incidentes entre a Data de Emissão e a data da efetiva integralização, utilizando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento (para cada Série, "Preço de Subscrição").

#### **4.7. Data de Vencimento**

4.7.1. As Debêntures de cada uma das Séries terão as seguintes datas de vencimento (cada uma, uma "Data de Vencimento"):

(a) as Debêntures da 1ª Série terão prazo de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo em 15 de outubro de 2013;

(b) as Debêntures da 2ª Série terão prazo de 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo em 15 de outubro de 2014;

(c) as Debêntures da 3ª Série terão prazo de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo em 15 de outubro de 2015; e

(d) as Debêntures da 4ª Série terão prazo de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo em 15 de outubro de 2015.

#### **4.8. Amortização**

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries será pago em única parcela, na Data de Vencimento.

4.8.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série será pago a partir do terceiro ano de vigência das Debêntures da 4ª Série, contado a partir da Data de Emissão, sendo o pagamento das duas primeiras parcelas equivalente a 33,3333% do Valor Nominal Unitário atualizado e o pagamento da

terceira parcela equivalente a 33,3334% do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme indicado na tabela a seguir (cada uma, uma “Data de Amortização das Debêntures da 4ª Série”):

<b>Parcela</b>	<b>Data de Amortização</b>	<b>Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado</b>	<b>Valor amortizado por Debênture da 4ª Série, sem considerar a atualização monetária (em R\$)</b>
1	15 de outubro de 2013	33,3333%	333,33
2	15 de outubro de 2014	33,3333%	333,33
3	15 de outubro de 2015	33,3334%	333,34

#### **4.9. Remuneração**

##### **4.9.1. Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries**

4.9.1.1. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série (conforme abaixo definido) até a data do efetivo pagamento, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página de internet (“www.cetip.com.br”), acrescida de uma sobretaxa limitada ao máximo de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding* (“Remuneração da 1ª Série”). As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, desde a data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração da 2ª Série (conforme abaixo definido) até a data do efetivo pagamento, correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página de internet, acrescida de uma sobretaxa limitada ao máximo de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding* (“Remuneração da 2ª Série”). As Debêntures da 3ª Série farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração da 3ª Série (conforme abaixo definido) até a data do efetivo pagamento, correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página de internet, acrescida de uma sobretaxa limitada ao máximo de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e

cinquenta e dois) dias úteis, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding* ("Remuneração da 3ª Série", em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, com a Remuneração da 2ª Série, "Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries"). A Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão ou a data de Pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros	fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI	produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:
---------	---

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

n	número total das Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
k	número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;
$TDI_k$	Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

*spread* spread ou sobretaxa, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding* conforme estabelecido nessa Escritura;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "DT" um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração.

4.9.1.2. Farão jus à Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries os titulares das Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior às datas previstas no item 4.9.3.1. (a), abaixo.

4.9.1.3. O período de capitalização da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries imediatamente anterior, no caso do último Período de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização").

4.9.1.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.1.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, no caso de extinção da Taxa DI, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) dias úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, que será realizada em até 15 (quinze) dias corridos da convocação, para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9., observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.1.6. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.1.5., referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries, será utilizada a fórmula estabelecida neste item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.1.7. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.1.5, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries até a data do efetivo resgate. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries, será utilizada a fórmula estabelecida neste item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente.

#### **4.9.2. Remuneração das Debêntures da 4ª Série**

4.9.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 4ª Série farão jus a uma remuneração correspondentes à taxa percentual máxima equivalente a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis acima da taxa indicativa da ANBIMA de remuneração da NTN 2015, a ser fixada utilizando-se a média aritmética dos 3 (três) dias úteis que antecedem o Procedimento de *Bookbuilding*, de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário atualizado não amortizado das Debêntures da 4ª Série, a partir da Data de Emissão ou da última data de Pagamento da Remuneração da 4ª Série (conforme abaixo definido), conforme o caso, até o seu efetivo pagamento ("Remuneração das Debêntures da 4ª Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries, "Remuneração").

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$



onde:

J	valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNa	valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros	fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa	taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
n	número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
DP	número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;
DT	número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

#### 4.9.3. Pagamento da Remuneração

4.9.3.1. A Remuneração será paga para as Debêntures de cada uma das Séries da seguinte forma:

(a) a Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries será paga semestralmente, desde a Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses de outubro e abril subsequentes, até a respectiva data de vencimento de cada uma das Séries, conforme disposto no item 4.7., acima (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries"); e

(b) a Remuneração das Debêntures da 4ª Série será paga anualmente, desde a Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses de outubro subsequentes, até a data de vencimento das Debêntures da 4ª Série, conforme disposto no item 4.7., acima (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 4ª Série").

#### **4.10. Repactuação**

4.10.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão**

4.11.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCERJA.

#### **4.12. Resgate Antecipado**

4.12.1. Não haverá resgate antecipado das Debêntures, com exceção, apenas, das hipóteses descritas nos itens 4.3.1.3. e 4.9.1.7 desta Escritura.

#### **4.13. Vencimento Antecipado**

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora da totalidade do saldo devedor aberto, acrescido da Remuneração devida para cada uma das Séries, e da Atualização do Valor Nominal Unitário, para as Debêntures de 4ª Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures, até a data do seu efetivo pagamento, não havendo incidência de multa ou penalidade, observando-se o disposto no item 4.14., abaixo, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (i) alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por seus controladores diretos ou indiretos e/ou por suas controladas;
- (iii) liquidação, pedido de falência não elidido no prazo de 60 (sessenta) dias, ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora e de seus controladores diretos ou indiretos e/ou por suas controladas;
- (iv) descumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Distribuição;

- (v) não cumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, desde que não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- (vi) protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, e/ou contra a Garantidora, com valor unitário ou agregado em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora que (a) tal protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, (b) o protesto foi cancelado, ou, ainda, (c) foram tomadas providências judiciais pela Emissora e/ou pela Garantidora ou prestadas pela Emissora e/ou pela Garantidora e aceitas pela autoridade judicial competente, garantias em juízo que suspendam ou extingam a exigibilidade dos títulos;
- (vii) vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora e/ou da Garantidora, envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (viii) não cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, no prazo estabelecido, de decisão condenatória arbitral definitiva, ou judicial transitada em julgado, individualmente ou em conjunto, que resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (ix) se houver a cisão, fusão, incorporação, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em alteração do atual controle societário direto ou indireto da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso;
- (x) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Garantidora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora e/ou da Garantidora vigente na data desta Escritura de Emissão que venha modificar suas atividades preponderantes;

- (xiii) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ou de participação no resultado, caso a Emissora e/ou a Garantidora estejam em mora com as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) redução de capital social da Emissora, exceto se tal redução de capital for (a) realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; e/ou (b) em decorrência do exercício do direito de recesso, dentro do prazo legal, por parte de acionistas minoritários numa eventual aquisição feita pela Emissora;
- (xv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por qualquer das controladas direta ou indireta da Emissora, conforme o caso, exceto se dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora e/ou a Garantidora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou da Garantidora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (xvi) venda acumulada de ativos imobilizados nos últimos 12 (doze) meses de valor superior a 30% (trinta por cento) do ativo imobilizado líquido constante do balanço consolidado da Emissora, a ser verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário;
- (xvii) a Emissora deixar de ser listada na BM&FBOVESPA;
- (xviii) não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

	<b>Índice</b>
<b>Dívida Líquida /EBITDA Ajustado</b>	Igual ou Inferior a 3,00
<b>EBITDA /Resultado Financeiro Líquido</b>	Superior ou Igual a 1,75

Sendo:

“Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, aquisições a pagar, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, menos as Disponibilidades.

O EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA adicionado das despesas não-recorrentes relacionadas, a (i) honorários de serviços profissionais relativos a aquisições passadas; (ii) custos relacionados à aquisição e absorção de empresas adquiridas; (iii) parcelamentos fiscais que impactaram apenas o resultado do respectivo exercício e adicionado dos ajustes referentes a: (a) receitas financeiras referentes a remuneração de aplicações financeiras vinculadas; e (b) custos relacionados a variação das provisões técnicas referentes ao PEONA. Para fins de cálculo do EBITDA Ajustado, considerar-se-á o valor absoluto dos custos mencionados para ajuste e adição ao EBITDA.

“Disponibilidades” significa os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante, exceto aplicações financeiras vinculadas.

“EBITDA” significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

“Resultado Financeiro Líquido” significa o resultado das despesas financeiras em módulo, menos as receitas financeiras em módulo, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Caso o Resultado Financeiro seja negativo, o referido índice não será considerado no respectivo período.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (ii), (iii), (iv), (v), (x), (xi), (xii), (xiii) e (xiv) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, independentemente de qualquer notificação. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar as convocações das Assembleias de Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento

antecipado da Debênture. As Assembleias de Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries a que se refere este item deverão ser realizadas nos prazos e demais condições descritas na Cláusula Sétima desta Escritura.

4.13.3. Nas Assembleias de Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries mencionadas no item 4.13.2., acima, que serão instaladas observados os quoruns previstos nos itens 7.5. e 7.11 desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.3.1 Independente do disposto no item 4.13.3 acima e sem prejuízo do item 11.1, a não instalação das referidas Assembleias de Debenturistas por falta de quorum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção do Debenturista em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e/ou 4ª Séries pelo Agente Fiduciário, a Emissora e/ou o Garantidor, conforme o caso, obrigam-se a resgatar a totalidade das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s) em circulação que tiveram seu vencimento antecipadamente declarado, com o seu consequente cancelamento, e a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das referidas Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Décima desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Décima desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14., abaixo.

4.13.5 Caso ocorra o pagamento decorrente do vencimento antecipado caberá à Emissora comunicar a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

#### **4.14. Encargos Moratórios**

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas de quaisquer das Séries, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e (ii) multa moratória convencional, irredutível e não compensatória, de 2% sobre o valor devido e não pago.

#### **4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos**

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14. supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.16. Local de Pagamento**

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Banco Escriurador, para os titulares das Debêntures da Emissão que não estejam vinculados ao sistema mencionado no item (i).

#### **4.17. Prorrogação dos Prazos**

4.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.18. Garantia Fidejussória**

4.18.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta Fiança em favor dos Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme descrito a seguir.

4.18.2. A Garantidora declara-se nesta Escritura de Emissão, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitando a, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.18.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.18.4. A Garantidora expressamente renuncia nesta Escritura de Emissão aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, 366, 827, 830, 837, 838 e 839, todos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”) e artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

4.18.5. A Garantidora se sub-rogará nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança prevista neste item, até o limite da parcela efetivamente honrada.

4.18.6. A Fiança mencionada entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.18.7. A Garantidora reconhece nesta Escritura de Emissão como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.18.8. A Fiança de que trata esta Cláusula poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

#### **4.19. Publicidade**

4.19.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse dos titulares das Debêntures, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário.

#### **4.20. Aquisição Facultativa**

4.20.1. Observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir, Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das



Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476.

#### **Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

##### **5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:**

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (i) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada um dos 3 (três) trimestres de cada exercício social, (a), cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (b) cópia de suas informações anuais e relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices financeiros previstos no item 4.13.1. (xviii) desta Escritura de Emissão e (c) declaração dos representantes legais da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 4.13 desta Escritura;
  - (ii) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
  - (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19., acima;
  - (iv) avisos aos titulares das Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares das Debêntures, na data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, na data em que forem realizados;
  - (v) imediatamente, quando tiver conhecimento de informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do descumprimento;

- (vi) em até 10 (dez) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora; e
  - (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) convocar, nos termos do item 7.2. desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - (c) informar ao Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13. desta Escritura de Emissão;
  - (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
  - (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
  - (f) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
  - (g) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
  - (h) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;

- (i) comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (k) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção da Debênture;
- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores da Oferta Restrita, se assim possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (q) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;

- (s) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo Artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (t) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (u) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (v) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (w) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (x) manter os documentos mencionados na alínea (r) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e
- (y) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poor's, Fitch Ratings Brasil Ltda., ou Moody's América Latina, ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.
- (z) Fornecer ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrativo de apuração dos índices financeiros previstos no item 4.13.1. (xviii) acima, com sua respectiva memória de cálculo.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1. (o) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Companhia e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, transporte, estadia e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e dos Coordenadores da Oferta Restrita, desde que sejam devidamente comprovadas; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

#### **Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a SLW Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio Ltda., acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (k) verificará, na forma prevista no inciso IX do Artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição da garantia descrita no item 4.18., acima, bem como sua suficiência e exeqüibilidade.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.3.1. A remuneração prevista no item 6.4 abaixo será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia após a integralização da capitalização das Debêntures, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- (b) as parcelas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em Lei, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a serem corrigidos anualmente desde a data de pagamento da primeira parcela até a data de pagamento de cada parcela, calculados pro-rata dia se necessário.
- (c) a remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou nesta Escritura, como configuradores de vencimento antecipado; e.
- (d) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS, PIS, COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento; e
- (e) A Emissora mediante aprovação, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de descumprimento pela Emissora dos termos e condições desta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário

ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares das Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da



Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, desde que estes dados sejam públicos, e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
  - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;

- g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão da Debênture, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - i. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
  - j. declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança; e
  - k. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) do item 6.5. acima aos titulares das Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
  - b. na sede do Agente Fiduciário;
  - c. na CVM;
  - d. na CETIP; e
  - e. na sede dos Coordenadores da Oferta Restrita .
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares das Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

- (p) notificar os titulares das Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19., acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (s) verificar a manutenção dos Índices Financeiros, após o recebimento dos relatórios mencionados no item 5.1. (a) (i), podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.

6.5.1. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares das Debêntures;
- (d) executar a Fiança; e

- (e) representar os titulares das Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13., acima, por deliberação da unanimidade de titulares das Debêntures em circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, pelos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares das Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11., acima.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares das Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19., acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral dos Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas das respectivas Séries que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de cada Série, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries caberá ao Debenturista ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. As Debêntures em circulação conferirão aos seus titulares o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida a constituição de mandatários.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação todas as Debêntures da respectiva Série em circulação no mercado, emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. As alterações relativas às características das Debêntures de uma Série específica, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias; (vi) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13., acima, incluindo, mas não se limitando aos Índices Financeiros estabelecidos no item 4.13.1. (xviii), acima; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Sétima dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação da respectiva Série.

7.11. As deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as Séries, como por exemplo: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriturador; (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima, ou (v) declaração do não vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13.2., deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação de cada Série, presentes na Assembleia Geral.

7.12. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não tiver quorum específico, dependerá da aprovação de Debenturistas com um quórum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

## **Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir

eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- (g) as demonstrações financeiras e informações semestrais da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (i) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.6. desta Escritura de Emissão;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP e do IPCA, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores da Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé.
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Oitava desta Escritura de Emissão.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1., acima, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.



## **Cláusula Nona – DAS DECLARAÇÕES DA GARANTIDORA**

9.1. A Garantidora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo a Fiança, constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constitui, obrigação legalmente válida, vinculante e exigível da Garantidora, exequível de acordo com seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de Debenturistas em geral;
- (c) a outorga da Fiança foi devidamente autorizada por meio do Termo de Anuência (conforme definido no item 1.2., acima), e não infringe: (i) o estatuto social da Garantidora; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que as vincule ou afete;
- (d) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão e da Fiança, ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da presente Escritura de Emissão na JUCERJA e nos Cartório de Registro de Títulos e Documentos competentes e o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito na Data de Liquidação;
- (e) a celebração da presente Escritura de Emissão e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora é parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;

- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão, na condição de Garantidora, têm poderes para assumir, em nome de cada da Garantidora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) as demonstrações financeiras da Garantidora representam corretamente a posição financeira da Garantidora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (i) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas;
- (j) as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os titulares das Debêntures e a Garantidora; (ii) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos titulares das Debêntures contra a Emissora; ou (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial;
- (k) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança;
- (l) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Garantidora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (m) que seja do conhecimento da Garantidora, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (n) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (o) tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e do IPCA, divulgado pelo IBGE, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

9.1.1 A Garantidora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, na hipótese de omissão por parte da Emissora, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

9.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 9.1.1 acima, a Garantidora, na hipótese de omissão por parte da Emissora, obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

9.2. Além do disposto acima, a Garantidora se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
- (ii) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de cada trimestre social, cópia de suas informações trimestrais completas; e
- (iii) quaisquer informações que o Agente Fiduciário julgar necessário sobre o cumprimento, por parte da Emissora, das suas obrigações nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

#### **Cláusula Décima – DAS NOTIFICAÇÕES**

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**AMIL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 3, 4º andar,

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22.640-907

At.: Geny Guedes Queiroz Van Erven

Tel.: 21 – 3805.1251

Fax : 21 – 3805.1535

E-mail: gqueiros@amil.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**

Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 717, 6º e 10º andares

São Paulo, SP

At.: Gregoli Tasso

Tel: 11 – 3048.9915

Fax: 11 – 3048.9910

E-mail: gregoli@slw.com.br

**Para a Garantidora:**

**AMIL - ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 3, 4º andar,

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22.640-907

At.: Geny Guedes Queiroz Van Erven

Tel.: 21 – 3805.1251

Fax : 21 – 3805.1535

E-mail: gqueiros@amil.com.br

**Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:**

**Banco Bradesco S.A.**

Vila Yara, Cidade de Deus - Prédio Amarelo - 2º Andar

Osasco - SP

CEP 06.029-900

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-5646

E-mail: [bradescocustodia@bradesco.com.br/4010.donizetti@bradesco.com.br](mailto:bradescocustodia@bradesco.com.br/4010.donizetti@bradesco.com.br)

**Para a CETIP:**

**CETIP S/A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-002 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

10.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**Cláusula Décima Primeira – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora ou da Garantidora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. A presente Escritura de Emissão e a Debênture constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

11.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

#### **Cláusula Décima Segunda – DO FORO**

12.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2010

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em até Quatro Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da Amil Participações S.A., celebrado em 29 de setembro de 2010.*

**AMIL PARTICIPAÇÕES S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em até Quatro Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da Amil Participações S.A., celebrado em 29 de setembro de 2010.*

**SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:



*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em até Quatro Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da Amil Participações S.A., celebrado em 29 de setembro de 2010.*

**AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em até Quatro Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da Amil Participações S.A., celebrado em 29 de setembro de 2010.*

## **Testemunhas**

1. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

RG:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

RG: